



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUCU DO SUL

CNPJ: 92.403.567/0001-27

Rua do Comércio, 1424

Taquarucu do Sul - RS - 98.410-000

smataquarucu@yahoo.com.br

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº 19/2010

A Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul/RS, através do Setor de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução CONSEMA Nº 196/2008 pela qual o município tornou-se habilitado para a realização do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, em conformidade com a Resolução Nº 102/2005 do CONSEMA, expede com base no laudo conclusivo elaborado pela ENGENHEIRA AGRONOMA ANA CLAUDIA SUSIN DANELUZ - CREA 159960, a presente **Licença de Operação - Regularização**, que autoriza a:

<p>EMPREENDEDOR: CARLOS ROBERTO BRIDI CPF ou CNPJ: 279.234.600-00 ENDEREÇO: LINHA ZANATTA MUNICÍPIO: TAQUARUCU DO SUL - RS PROCESSO: 95 / 2010 RAMO DE ATIVIDADE: 0114,24 - CRIAÇÃO DE SUÍNOS - TERMINAÇÃO - COM SISTEMA DE MANEJO DE DEJETOS LÍQUIDOS - 1.000 CB</p>	<p>PROTOCOLO: 64 / 2010</p>
---	------------------------------------

1. Localização: LINHA ZANATTA – TAQUARUCU DO SUL;

2. Coordenadas Geográficas:

LATITUDE 27°23'24,1" – LONGITUDE 053°28'33,8";

3. Responsável Técnico:

BIOLOGO MARCOS ANDRE ORTIGARA - CRBio 069831/03-P ART: 2010/06712.

COM AS SEGUINTESS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1- Quanto a localização e características das construções:

- 1.1 Deverá manter dispositivos de segurança para a proteção contra vazamentos acidentais para evitar a contaminação das águas e do solo;
- 1.2. Deverá ser localizada em área com lençol freático com profundidade mínima de 1,5 metros;
- 1.3 Deverá estar localizada a, no mínimo, 200 metros das habitações vizinhas;
- 1.4 Deverá estar localizada a, no mínimo, 55 metros de manancial hídrico e de nascentes;
- 1.5 Deverá estar localizada a, no mínimo, 50 metros de estrada;
- 1.6 O piso deverá ser impermeabilizado para evitar a contaminação do solo e das águas;
- 1.7 No entorno do empreendimento deverá apresentar cortina vegetal, preferencialmente com espécies nativas.

2- Quanto ao manejo dos resíduos:

- 2.1 Ficam proibidos os lançamentos de resíduos e/ou dejetos "in natura", sem o prévio tratamento, nos recursos hídricos, mesmo que intermitentes;
- 2.2 Os dejetos e/ou os resíduos orgânicos a serem gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola, preferencialmente na própria propriedade, após 120 dias de fermentação ou compostagem;
- 2.3 Operar sempre as esterqueiras com uma folga técnica volumétrica de 20 %;
- 2.4 Homogenizar sempre o conteúdo das esterqueiras verificando a incorporação final da nata para evitar o assoreamento pela borra depositada no fundo, quando for transportar o material para as áreas agrícolas;
- 2.5 Não queimar ou enterrar o lixo gerado pela atividade criatória devendo este ser destinado a usina de triagem a qual a Prefeitura Municipal é consorciada, devendo o lixo orgânico ser compostado e empregado na propriedade;
- 2.6 As carcaças de animais mortos e resíduos de mesma origem deverão ser destinadas a compostagem em condições de máxima impermeabilização afim de evitar a contaminação do lençol freático.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUCU DO SUL

CNPJ: 92.403.567/0001-27

Rua do Comércio, 1424

Taquarucu do Sul - RS - 98.410-000

smataquarucu@yahoo.com.br

2.7 A esterqueira deverá ser cercada, com uma altura mínima de um metro, de modo a evitar acidentes.

3- Quanto as características da área de aplicação:

3.1 Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos as inundações periódicas;

3.2 O lençol freático deverá estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

3.3 Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

3.4 Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com a orientação técnica;

3.5 As áreas agrícolas receptoras dos dejetos compostados devem situar-se a uma distância mínima de 55 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes, das habitações vizinhas e das margens das estradas.

4 – Quanto as condições da propriedade:

4.1 Conservar as formações vegetais, em torno dos cursos d'água, numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morro ou que apresentem outras restrições relacionadas aos Códigos Florestais Federal e Estadual;

4.2 Deverão ser respeitadas as nascentes, olhos d'água, banhados, beira de rios, arroios ou sangas, considerados Áreas de Preservação Permanente – APPs, de acordo com a Resolução CONAMA nº 303/02. Quanto aos reservatórios artificiais deverá ser obedecida a legislação pertinente à Resolução CONAMA nº 302/02;

4.3 Deverão ser adotadas medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores no entorno e no interior das instalações;

4.4 É proibida a caça de animais da fauna silvestre, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98 e Lei nº 11.520/00 – Código Estadual do Meio Ambiente, com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas;

4.5 A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos veterinários na propriedade deverá ser realizada conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou o Receituário Veterinário;

4.6 Deverá ser estabelecido um depósito de embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários em lugar fresco e coberto;

4.7 Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme estabelece a Lei Estadual n.º 9.921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto, conforme artigo 6, parágrafo 5, da Lei 7.802/89, alterada pela Lei 9.974/00;

4.8 Armazenar os medicamentos veterinários sempre em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separados dos agrotóxicos e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

5- Outros condicionantes e restrições:

5.1 - Seguir as recomendações do Laudo de Vistoria Número 76/2010, que seguem:

As canaletas de coleta de dejetos e caixas coletoras devem ser limpas com frequência durante a atividade e durante o vazio sanitário, reduzindo assim a proliferação de maus odores e insetos.

Conforme projeto técnico e também para melhoria das condições do empreendimento, as canaletas deverão, gradualmente, ser substituídas por canalização de PVC.

As caixas coletoras de dejetos deverão ser cobertas por estrutura móvel que permita sua manutenção e impeça acidentes, entrada de água pluvial e outros materiais.

Rachaduras no piso interno das instalações e canaletas de dejetos devem ser corrigidas.

Com a construção da nova esterqueira, há capacidade de armazenamento de dejetos. Coordenadas do local: 27°23'15,3" S 053°28'25,4" W

É preciso atentar para que não ocorram vazamentos na tubulação que transfere os dejetos de uma esterqueira até a outra. Na vistoria, não foram identificados problemas.

O segundo módulo de esterqueira deverá ser cercado a fim de evitar o acesso ao local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUCU DO SUL

CNPJ: 92.403.567/0001-27

Rua do Comércio, 1424

Taquarucu do Sul - RS - 98.410-000

smataquarucu@yahoo.com.br

Para a obtenção da renovação da LICENÇA DE OPERAÇÃO, o empreendedor deverá apresentar:

- 1- Requerimento de Licença Operação, assinado pelo (s) empreendedor(es). Informar, neste requerimento o número de animais, sistema de produção e endereço do empreendimento.
- 2- Formulário de Licenciamento Ambiental devidamente preenchido.
- 3- Comprovante de pagamento da taxa da atividade de licenciamento a ser efetuada junto a tesouraria da Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul.
- 4- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelas informações técnicas, projeto de construções e projeto do sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos gerados, projeto de manejo de carcaças de animais mortos e assessoria geral no que concerne as obrigações do empreendedor referentes ao cumprimento das licenças ambientais.
- 5- Certidão Negativa de Débitos, fornecida pela Prefeitura Municipal.

Esta licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 04 (quatro) anos a contar da presente data.

Caso venha ocorrer alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul, junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no Setor de Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta Licença perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido. A presente licença só autoriza a área em questão.

Esta licença não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Municipal, Federal ou Estadual, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade para efeito de fiscalização.

**Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:
14/10/2010 à 14/10/2014**

Taquarucu do Sul, 14 de outubro de 2010.

Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SMAMA

Departamento de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental - DDRGA

Setor do Meio Ambiente - SMA

GELSON PELEGRINI
Licenciador

CARLOS ROBERTO BRIDI
Empreendedor